

# OS IMPACTOS DO PACTO: IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE A PARTIR DA REFORMA EDUCACIONAL EM GOIÁS

Terita Michele da Silva Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende discutir os impactos da implantação do Pacto pela Educação em Goiás especialmente no trabalho docente. A reforma com vigência no ano de 2012 propõe mudar a qualidade da educação pública do Estado de Goiás, estabelecendo métodos ousados e inovadores para rede estadual de ensino. Iremos fazer essa abordagem através da exposição dos pilares objetivados pela proposta com análise mais apurada daquilo que interfere diretamente no trabalho docente. Referências importantes são FREITAS (2012) e SAVIANI (2013) que trazem reflexões sobre as tendências da educação em um sistema neoliberal. A reforma da educação em Goiás apresenta contradições no seu discurso em relação ao que uma análise mais apurada do projeto nos permite apreender.

**Palavras-chave:** reforma educacional, neoliberalismo, neotecnicismo, trabalho docente.

## INTRODUÇÃO

O sistema capitalista passa por transformações. Nesse sentido, aprimora seus meios de produção como forma de garantir sua perpetuação. Para que isso se efetive, a exploração da mão-de-obra também acaba adquirindo novos contornos que possam garantir a expansão do capital.

O recorte que iremos fazer, em relação às metamorfoses do mundo do trabalho, delimita-se a partir da década de 90. Um período especificamente peculiar em que o capital se globaliza através das possibilidades advindas do desenvolvimento tecnológico. É necessário que esse capital se globalize rompendo as fronteiras de seus países que limitam seu crescimento. Em uma análise mais recente HOUTART (2006, p.422) aponta que: “Assistimos também a uma busca de novas fronteiras de acumulação (...)”. A nova onda é a do grande capital. Do capital internacional. Disso infere-se menor intervenção do Estado nas políticas públicas. De Estado provedor é comum nesse momento o encolhimento do Estado que passa a ser apenas mediador. Mediador dos interesses públicos e privados.

---

<sup>1</sup> Professora vinculada à Secretaria Estadual de Educação de Goiás e mestranda da 28ª turma de mestrado do PPGE/UFG.

Não é novidade que essa mediação não se dá de forma isenta. O lugar do Estado, lugar de poder é lugar também de dominação. Estamos diante de um sistema que se omite frente às mazelas do capital, de toda marginalidade que provoca àqueles que possuem apenas sua mão-de-obra como instrumento de ser e de sobreviver. O estado neoliberal se legitima a partir de um discurso de responsabilização do indivíduo por sua condição. Assim, vela a face nebulosa do capital. As desigualdades sociais são ampliadas, ressalta CHESNAIS (1999, p.78) “(c) a ampliação das desigualdades entre países, bem como do aumento das desigualdades de renda e de condições de existência no seio de cada um deles individualmente.”.

Sabemos que um plano de sociabilidade atinge todos os níveis e patamares da sociedade. Assim, as organizações do estado atuam de forma coesa para assimilação e legitimação de um projeto societário hegemônico. Sendo assim, temos na escola uma instituição imprescindível para reprodução do sistema. Para superação também. Diante deste fato incontestável, algumas questões emergem. De que forma as metamorfoses do mundo do trabalho oriundas das adaptações do capitalismo, atingem a escola? E ainda: o trabalho docente também sofre essas metamorfoses?

A nossa intenção é perceber esse movimento, de reestruturação do capital, no Estado de Goiás a partir da Reforma efetivada nesta rede de ensino em 2012. Trata-se do projeto chamado “Pacto pela Educação”, que alterou sobremaneira a concepção de educação na região. Por isso, mostra-se importante compreender o “Pacto pela Educação em Goiás”. É um desafio entender: do que se trata esse projeto? Atende quais interesses? Existem implicações para o trabalho docente? Quais?

Na tentativa de responder a estas questões, iremos esboçar uma apresentação geral da Reforma com ênfase nas questões que afetam e impactam o trabalho docente. A intenção é compreender esse movimento que chega à educação em Goiás em 2012, mas que ganha espaço no território desde os anos 90 com a política neoliberal. A reestruturação do capitalismo que se dá nesse período afeta sobremaneira o papel do Estado quando da intervenção privada em políticas sociais, interferindo diretamente nas relações de trabalho, e sem dúvida, na educação pública e no trabalho docente.

## **PROJETO DE SOCIABILIDADE E ESCOLA**

A partir da abertura política, em 1985, percebemos um grande esforço da burguesia em reestruturar suas forças. Nesse sentido, é necessária a reformulação da ocupação do Estado e sua relação com a sociedade civil. Através de um discurso de ampliação democrática, busca-se a formação de um consenso para dominação. Busca-se a hegemonia. NEVES (2005) destaca que uma força tarefa é articulada com a intenção de desenvolver uma nova sociabilidade. Trata-se da articulação de vários instrumentos para convencimento ativo ou passivo na reformulação imediata de uma nova ideologia<sup>2</sup>. É nesse período que as políticas neoliberais ganham envergadura no país.

Deseja-se formar um novo homem. Busca-se a hegemonia do consenso e não a hegemonia pela dominação. O discurso passa a ser o da participação democrática, da “responsabilidade solidária”. O objetivo é chamar a população para atuar mais ativamente no projeto social, responsabilizando-a pelos problemas da sociedade, NEVES (2005).

Faz parte desse discurso, a deterioração do espaço público com a disseminação da ideia de que o Estado não consegue prover com eficácia suas políticas públicas. As melhores condições e competências para eficaz desenvolvimento dessas políticas é justificativa para tomada dessas atribuições pelo setor privado. O discurso da privatização ganha papel de destaque no governo neoliberal. A nova realidade do mundo do trabalho, que gera sua metamorfose como reestruturação do novo quadro do capital, atinge o espaço público (ANTUNES, 2011).

Na escola, o ideal neoliberal surge em forma de termos como “qualidade total”, alcance de metas, gestores educacionais. O sucateamento da escola pública e a ascensão da rede privada são elementos de destaque nesse momento. A escola brasileira sempre serviu aos interesses do capital, dessa vez não é diferente.

As mudanças ocorridas na escola influenciam sobremaneira o trabalho do professor. O trabalho docente passa por um processo de burocratização, de racionalização. Deve nesse sentido, ser mensurado através de indicativos e metas a serem alcançados. É a lógica empresarial adentrando o espaço escolar.

---

<sup>2</sup> Por ideologia entendemos o conceito abordado por Scherer-Warren (1987, p.17) em que diz: “(...) enfatizam a ideologia como um conjunto de valores estabilizadores do sistema social a favor da dominação de uma classe, atuando, portanto, como uma forma de mascaramento da realidade e como uma falsa consciência das classes dominantes.”

Como nos alerta ROSAR (2011), a reforma do mundo do trabalho através da sua flexibilização, reestruturação produtiva, atinge a educação através das políticas, como por exemplo, a do PNE com a precarização e desqualificação do trabalho docente. Os profissionais da educação, assim sendo, “(...) vivem à mercê das concepções “modernas” de gestão das políticas públicas (...) medidas de contingenciamento e de “racionalização” de gastos deixam essa categoria em condição de permanente degradação em termos de trabalho e de existência”. (ROSAR 2011, p 158).

Em Goiás, percebemos através da reforma educacional Pacto pela Educação, a inserção da lógica neoliberal no ambiente escolar. Diante dessa realidade, algumas reflexões estão na ordem do dia: em relação aos pilares apontados pela reforma, sobre o trabalho docente recaem impactos? Quais e de quais ordens? Essas questões estarão postas no próximo tópico deste trabalho.

## **O PACTO E SEUS IMPACTOS**

Partindo da justificativa de melhorar a qualidade da educação em Goiás, em 2012 começa a vigência do Pacto pela Educação na rede estadual de ensino. O projeto apresenta 5 pilares, 10 metas gerais e 25 diretrizes que correspondem a seus respectivos pilares. Fato que chama atenção é que o documento se restringe a apresentar o conteúdo sem que haja nenhuma justificativa sobre o porquê da reestruturação do ensino através dessa reforma. O que temos no início do projeto são dois gráficos, um mostrando o resultado do IDEB de Goiás em relação a outros Estados e outro apresentando um gráfico que mostra a proficiência das disciplinas de português e matemática. Nas duas amostragens os resultados são inferiores ao que se espera de uma “boa qualidade”. Disso, pressupõe, antes mesmo de começar a analisar a proposta, que se trata de uma reestruturação pautada na política de resultados, ou seja, uma reestruturação escolar direcionada a melhorar os índices de provas padronizadas como IDEB, Prova Brasil, etc. Sobre essas formas de avaliação, FREITAS (2012), chama a atenção para o fator dos testes standardizados. São a partir desses testes, diante da lógica estabelecida, que a qualidade da educação será medida. Vejamos suas considerações:

(...) onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas,

elevadas à condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação “neotecnicismo” (...) (FREITAS, 2012, p.383)

Baseado em políticas de resultados existe grande adesão, através das reformas educacionais, à lógica empresarial a partir dos anos 90. Adjetivada, nesse contexto, por “qualidade-total”, os números é que passam a gerir a eficiência escolar tal como acontece em relação à produtividade nas empresas. Adotamos aqui, o posicionamento em relação à política de resultados que coaduna com a perspectiva de FREITAS (1995), em que observa a qualidade como fator importante (como, por exemplo, a qualidade política), mas da maneira como tem sido estabelecida prioriza apenas aspectos técnicos. Esse é um advento da sociedade da informação cuja administração científica tinha por objetivo aplicar-se a todos os níveis e tipos de trabalhadores, inclusive na educação “(...) estão vendo seu trabalho ser monitorado e sua perícia desafiada por sistemas “especializados” de inteligência artificial” (KUMAR, 1997). Nesse sentido, FREITAS (1995, p.135) nos alerta que:” O que se espera é que se analisem as condições necessárias para o funcionamento e a reprodução, sem distúrbios, do processo escolar e seus objetivos, como parte das condições gerais de valorização do capital.”

Voltando a analisar o projeto da Reforma, na sequência dos gráficos são explicitadas as metas. São elas: 1- Valorizar e fortalecer o profissional de educação; 2-Adotar práticas de ensino de alto impacto na aprendizagem 3-Reduzir significativamente a desigualdade educacional; 4-Estruturar o sistema de reconhecimento por mérito-Programa Reconhecer, 5- Realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino. Diante desses pilares, podemos afirmar que o Pacto pela educação é, antes de tudo, um eficaz programa de marketing do governo. Nesse sentido, assume caráter de projeto ideológico perspicaz ao neoliberalismo. Como bem destaca MÉSZAROS (2004, p. 327) “A reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem vigente.” As questões abordadas no Pacto, sob um olhar apressado, ganha a anuência da comunidade escolar. Como dizer que as questões levantadas não são imprescindíveis para a educação? No entanto, o projeto claramente faz parte de uma gama de estratégias políticas que atendem aos interesses recentes da reprodução do capital. Mascarado por uma ideologia de melhor qualidade para educação, não só não é do interesse do sistema oferecer um sistema educacional de qualidade para todos, na medida em que a improdutividade da escola é necessária à produtividade do sistema

(FRIGOTTO, 1989) como também, é uma estratégia para formação do “homem que se quer ter” para o trabalho, qual seja: produtivo, instrumentalizado, submetido às divisões sociais do trabalho. Além disso, temos aqui, uma possibilidade do grande capital se apropriar de parte considerável dos recursos destinados à educação pública por meio de consultorias, venda de recursos didáticos, de tecnologias, etc. Os impactos dessas mudanças afetam diretamente o trabalho do professor. Travestidos por um discurso progressista, mas que comprova a lógica da luta de classes, ao professor recai as transformações do mundo do trabalho quando da reestruturação do capital.

O Pacto é um exemplo de como essa luta de classe acontece em um contexto de ampliação da participação privada advogando interesses que são públicos. É interessante esclarecer aqui, que a Reforma foi um projeto desenvolvido pela empresa multinacional *Bain & Company*, especializada em consultoria de gestão, negócios e resultados financeiros. Esse fato evidencia que a reforma da educação em Goiás perpassa tão somente pelos interesses econômicos (LIBÂNEO, 2011). Além disso, o grande mentor da reforma, o então Secretário de Educação, é economista com formação nos centros de referência dos EUA, e, portanto, leitor declarado das obras que tratam da transformação para melhores rendimentos aliadas a reprodução do capital. O trabalho subjugado ao capital é o contexto do trabalho docente. Da implantação da Reforma, a categoria de professores se organizou e deflagrou uma greve de movimento intenso<sup>3</sup> prova de que o projeto, ao contrário do que se afirma, demonstra grandes contradições e que foi imposto à educação.

Com a análise das diretrizes é possível compreender que a proposta não é exatamente aquilo que se apresenta. Algumas medidas demonstram claramente um movimento que tem sido tendência no país: a adoção de políticas públicas que atendam aos interesses do mercado neoliberal, transvertidas do discurso da qualidade, da defesa do interesse público, da racionalização dos recursos públicos. FREITAS (2012) destaca essa tendência como de inspiração em órgãos internacionais (Banco Mundial, OCDE, UNESCO, etc.). A educação pública está à margem do sistema que tem como foco garantir a expansão do capital.

Analisando mais detalhadamente, temos no primeiro pilar, que é referente à valorização e fortalecimento do profissional de educação, os seguintes pontos a serem

---

<sup>3</sup> GOHN (2003) destaca uma curiosidade acerca dos movimentos populares pela educação nos anos 90. Ressalta que apesar desses movimentos nunca terem tido grande força e visibilidade, há a partir das reformas neoliberais no ensino público, uma certa motivação para o fortalecimento dessas reivindicações. Essas reformas mudaram o cotidiano escolar criando um ambiente em que funcionários e alunos estão à margem do processo educacional que se mostra cada vez mais sucateado.

destacados: pagar o piso nacional, evolução salarial meritocrática, metodologias inovadoras, parceria com Itaú Social e Fundação Jaime Câmara. Em relação aos elementos citados, devemos fazer algumas considerações.

O pagamento do piso salarial, previsto no Pacto e alardeado na mídia do governo, não deve ser entendido como benesse. Essa é sem dúvida, uma resposta diante das fortes pressões através das reivindicações e dos movimentos sociais que lutaram para garantia do direito ao pagamento do piso. Essa garantia sempre foi pauta nas antigas lutas de reconhecimento da profissão docente frente ao sistema. Aliás, essas “concessões”, no caso o pagamento do piso, fazem parte da função do Estado mediador como estratégia de manter sua hegemonia burguesa (NEVES, 2005). Tanto é verdade, conforme publicado pela grande imprensa, que quando da legitimação da lei do piso (Lei 11.738/08) através do Supremo Tribunal Federal, o Governo de Goiás impetrou recurso questionando a legalidade da lei.

Os discursos enviesados em torno do Pacto pela Educação causam um processo de estranhamento e alienação do professor diante do processo. Por Marx e Engels essa passagem se encaixa perfeitamente: “(...) o trabalhador se torna, portanto, um servo de seu objeto (...)” (ANTUNES, 2009). O docente não se reconhece no projeto e é coagido a corroborar com a lógica opressiva do capital. Ao professor foi negada a participação ativa e democrática no processo criativo de transformação da realidade. Esse contexto foi o que se projetou na Reforma da educação em Goiás.

Outro ponto que merece destaque é a evolução salarial meritocrática como elemento a ser implantado na carreira do docente estadual. Juntamente dessa questão, iremos aproveitar a oportunidade e fazer as considerações necessárias a respeito do programa de reconhecimento profissional, o conhecido “Programa Reconhecer”.

A meritocracia é um dos elementos que caracterizam, a partir dos anos 90 no Brasil, uma nova tendência educacional, conhecida como neotecnicismo<sup>4</sup> (FREITAS, 2012). Como bem destaca o autor, no centro está a ideia de controle com a intenção de garantir melhores resultados, medidos por testes padronizados. Nesse sentido, destaca três elementos fundantes dessa lógica, que aparecem implícita e explicitamente no Pacto, que são: a meritocracia, a responsabilização e a privatização.

---

<sup>4</sup> Categoria utilizada por Luiz Carlos de Freitas para designar o reformismo educacional de grupos privados que no final dos anos 80, inícios dos anos 90 foram encarregados de promover a Reforma do Sistema Público de Ensino nos EUA.

Não é possível dissociar as categorias meritocracia e responsabilização, uma é consequência da outra e vice-versa. Os testes padronizados que são responsáveis por enquadrar determinada escola em um nível de qualidade, a divulgação de resultados e os prêmios ou sanções que são decorrentes desta avaliação compõem o caráter meritocrático do sistema (FREITAS, 2012). Perdemos de vista as condições que estão postas inicialmente, a desigualdade social, e o resultado esperado passa a serem mérito e responsabilidade de cada indivíduo, seja professor, seja aluno. A responsabilidade do resultado nessa perspectiva passa tão somente pela eficácia ou não do professor ou da escola. Vejamos:

Aqui não cabe o simplismo de achar que esta distribuição dos resultados é uma questão de mera competência do professor ou da escola. Tentar resolver esta complexa relação baseado em auditoria, colocando mais pressão no sistema (...), faz com que o entrelaçamento das desigualdades sociais com as desigualdades acadêmicas na sala de aula e na escola seja agravado. (FREITAS, 2012, p.384).

A tendência, como bem destaca FREITAS (2012), é o melhor empenho do professor em relação ao aluno que é tido como bom e que trará melhores resultados para escola. Legitimam-se, mais uma vez, as desigualdades sociais e a exclusão daqueles que já estão à margem do processo. É extremamente atual, nesse sentido, a análise de GRAMSCI (1979 p.118) que ressalta, de forma curiosa, a tendência da extinção das escolas “(...) “desinteressadas” (não imediatamente interessada) e formativas” (...) “e de difusão de escolas em que os alunos já possuem seu destino e atividade predeterminados, qual seja, para o contexto da Reforma, que é inerente ao contexto neoliberal, da formação para o resultado, da formação flexível.

O problema não está, simplesmente, na política de resultados, mas nas condições que não são dadas para que sejam alcançadas com satisfação. Aos docentes não cabe essa responsabilização, pois como afirma (LIBÂNEO, 2011, p.5) “(...) os professores são responsáveis pelos seus atos e decisões, mas não forçosamente pelos resultados, porque eles dependem de um conjunto de fatores sobre os quais não têm controle. (...)”. Pela política do mérito entendemos que uma escola da periferia não alcança os resultados de uma escola central, simplesmente por incompetência. Para LIBÂNEO (2012, p.6) “(...) há uma perversidade em pautar o desempenho das escolas, dos professores e dos alunos a um padrão daquela escola bem-sucedida ou do professor bem-sucedido (...)”.

A responsabilização do indivíduo pelo sucesso ou fracasso é uma estratégia de desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais. É através da responsabilização e da



privatização que o Estado se exime de expor o germe da problemática dos serviços sociais: a desigualdade estrutural da sociedade.

A instrumentalização do trabalho do professor que aborda sua prática, no viés da obtenção do resultado torna-se concreta. Nesse sentido, assume um papel de professor tarefairo, com trabalhos engessados pelos manuais didáticos a fim de conquistar bom enquadramento nos testes padronizados. Torna-se, portanto, “(...) capacitado em técnicas, facilitador de aprendizagens, orientador do uso de textos e aplicador de provas, mas desprovido do conhecimento científico.” (LIBÂNEO, 2011, p.3). Nesse sentido, podemos dizer que tal qual o trabalhador, o professor se aliena diante dos moldes empresariais de resultados, que adentram os muros da escola. O seu trabalho é então condição de estranhamento, pois a atividade criativa no trato pedagógico não se efetiva. O professor torna-se meramente executor.

Ainda ao que se refere aos prejuízos da política de meritocracia para o trabalho docente, percebe-se grande desenvolvimento da cultura do individualismo e da competitividade entre os professores e as escolas (FREITAS, 2012). Trata-se nesse sentido, de uma eficaz ferramenta de desmobilização da classe, sendo o critério da assiduidade requisito para a benfeitoria do Programa Reconhecer, o projeto tem sido um dos elementos de diminuição dos quadros de movimentos coletivos como: assembleias, greves e paralisações.

A despeito do que era previsto no Pacto para a evolução meritocrática do salário e para o Programa Reconhecer, não se efetivaram totalmente. A vigência do salário por mérito aconteceu apenas para os diretores das escolas, que contaram com 45% de gratificação sobre o salário desde a vigência da reforma, no início de 2012, segundo dados da SEDUCE-GO (Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás). Em que pese essa diferença salarial para os diretores, esse cargo de confiança é, mormente ameaçado diante de resultados insatisfatórios no que se refere ao trabalho pedagógico de forma geral. Não é de se espantar que as cobranças dos diretores junto aos professores em relação aos resultados positivos, também tenham se intensificado. Diante de tamanha pressão, FREITAS (2012), denuncia uma prática comum da lógica educacional empresarial, que é a fraude, ou seja, a manipulação dos dados para que atendam mais satisfatoriamente os resultados escolares para que sobre o quadro educacional não recaiam penalidades.

Já o “Programa Reconhecer” mostra ser um projeto muito mais ideológico do que realmente concreto. Parece que a Administração não está totalmente preparada para atender

um quadro amplo de servidores, pois se isso se efetiva entra em colapso. Foi o que aconteceu em 2014 com a ratificação do bônus, para que todos que se beneficiaram, pudessem de fato recebê-lo.

Como dito anteriormente, a criação do programa de bônus é antes de tudo, uma jogada de desarticulação da classe dos professores. É comum diante do agendamento de algum movimento do sindicato dos professores o recebimento de ofícios do Subsecretário de Educação atestando que a ausência do servidor acarreta a perda do bônus. Anuncia também a visita da tutoria responsável pela escola no dia do evento reivindicativo para fiscalização dos faltosos. Claramente, o bônus apresenta-se como política de controle do servidor. Aqui, aparece e devemos comentar a inserção da figura dos gerentes. A lógica de gerenciamento das escolas, implantado pelo Pacto, é o lugar em que o Secretário de Educação, Subsecretário, tutoria e diretores, assumem o papel e o discurso do gerente, o mesmo que existe na linha de produção das grandes empresas para coagir e controlar o tempo para maior produtividade do trabalhador.

A privatização é o elemento que nos falta discutir no que se refere ao neotecnicismo diagnosticado nas atuais políticas educacionais, dentre as quais podemos enquadrar o Pacto pela Educação. A educação, como fato social que é sofre as influências do capitalismo. Desta forma, com a reconfiguração do capital a partir da década de 90, as políticas públicas de maneira geral, foram relegadas a um segundo plano. É característica dessa fase do capital, o neoliberalismo, a redução do Estado e uma maior intervenção privada em relação às políticas públicas. Essa nova fase deve-se em grande medida à incorporação da grande tecnologia às indústrias, mudando-se consideravelmente a lógica do trabalho a que o trabalhador seria submetida.

Tomam partidos das causas sociais os sistemas empresariais interferindo diretamente na formação do homem que deseja desenvolver. Podemos perceber essa interferência através da consultoria que foi contratada para elaborar o Projeto, da qual já comentamos anteriormente, e da parceria que aparece em destaque na Reforma com o Banco Itaú e com a Fundação Jaime Câmara. FREITAS (2012) faz um estudo sobre os reformadores empresarias da educação, tendência norte americana que se deu no início dos anos 80, pela qual atribui o fracasso da década quando da reformulação do sistema de ensino. Trata-se de gerir a escola da mesma maneira que se gere o mundo empresarial, ou seja, pautado em metas e resultados a serem atingidos. Porém, o interesse em voga é outro: garantir a reprodução do sistema. Nesse

sentido, ampliam-se as possibilidades de lucro, seja quando da formação da mão-de-obra para o mercado de trabalho, seja na parceria entre o setor público e o setor privado e as várias oportunidades de empreendimentos que podem surgir dessa parceria. Vantagens voltadas para o atendimento de interesses particulares em detrimento da educação que se mostrou cada vez mais sucateada. Apesar de se tratar de uma citação extensa, é importante o que diz o autor em:

(...) este argumento também esconde o fato de que é responsabilidade do Estado garantir boa educação para todos. Portanto, a tese dos reformadores empresariais, neste ponto, termina desresponsabilizando o Estado quando convém – ou seja, quando está em jogo, por um lado, o faturamento das corporações educacionais e, por outro, o controle ideológico do sistema educacional pelas corporações empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado, estreitando as finalidades educativas. É fundamental nos contrapormos à hipocrisia que prega ser possível estarmos “todos juntos pela educação”, quando os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas (Freitas, 1992). A educação de qualidade tem que ser mais que isso. (FREITAS, 2012, p.387).

A educação em Goiás encontra-se refém de estratégias como as adotadas pelo sistema de ensino dos EUA, responsáveis por sua retração. FREITAS (2012) é enfático ao dizer, que: “(...) ao assumirmos estas políticas, estaremos igualmente assumindo uma série de riscos já devidamente documentados pela pesquisa educacional”. (FREITAS, 2012, p. 388). Dentre muitos dos prejuízos citados, alerta sobre a maior desvalorização do professor e da preocupação em promover questões econômicas em detrimento da equidade educacional; outra prova de que o discurso é meramente ideológico. Vejamos:

(...) se em termos de resultados acadêmicos estas escolas “de mercado” não apresentam desempenho consistentemente melhores que as escolas públicas regulares, se em termos de aumento de equidade os resultados são pífios, a experiência americana traz o ensinamento claro de que as condições de trabalho dos professores das escolas administradas por contrato têm piorado. Enquanto um professor de uma escola pública de Cleveland ganha 66 mil dólares/ano, o professor de uma escola por contrato ganha 33 mil dólares/ano (Bloom, 2011). Isto indica que estas estratégias de privatização têm sido usadas como forma de promover, de fato, uma “reforma fiscal” na educação e não uma “reforma educacional” ou um aumento da equidade. (FREITAS, 2012, p.388).

O atual momento do dito Pacto reflete claramente o próximo passo de ampliação da privatização da rede de ensino goiano. Dessa forma, torna-se evidente o caráter de mercadoria com a qual passa ser tido o produto educação. Tomando como referência a continuidade e avanço da própria Reforma, o Governador anuncia em evento público que a próxima medida

da educação em Goiás é a sua terceirização através da criação das OS e da militarização de algumas escolas.

Em uma análise inteligente sobre as questões educacionais no neoliberalismo, SAVIANI (2013), indaga-se se existe alguma interferência dessas políticas que assegurem certo equilíbrio em crises econômicas. Infere-se que se busca flexibilizar a organização da escola em geral, além de buscar parcerias privadas. Dessa forma, mantém o sentido do trabalho produtivo, com a tentativa de buscar o máximo de resultados com o mínimo de gastos. O Estado então atende aos interesses dominantes, se desresponsabilizando em partes, através de políticas públicas, mas detendo as formas de avaliação e controle da instituição. Assim, diz Saviani (2013, p.98): “... também na educação se aperfeiçoam os mecanismos de controle, inserindo-a no processo mais geral de gerenciamento das crises no interesse da manutenção da ordem vigente.”.

Percebemos que as denúncias da escola do tecnicismo se encaixam ao Pacto pela Educação, especialmente naquilo em que impactam negativamente o trabalho do professor. Destacamos aqui, as implicações de medidas, que permeadas pela lógica de responsabilização, meritocracia e privatização, trazem prejuízos para o trabalho docente e para a educação estadual. Quando questões educacionais são reduzidas às discussões economicistas, a projeção que se faz é desastrosa. Educação de qualidade é mais que isso.

A intenção aqui não foi a de estabelecer ao papel da escola um local de redenção. Como instituição inserida em um dado contexto é evidente que sobre ela recairá pressupostos dessa realidade. Porém, é preocupante a maneira com que a escola tem racionalizado o seu devir, qual seja: o conhecimento na mediação entre professor e aluno, em prol da lógica massacrante do capital. Quando em um ambiente de formação, valores como o individualismo, a competitividade, a produtividade e a racionalização do trabalho docente estão em voga, nada nos instiga a pensar que a educação tem cumprido seu papel, senão pela sua improdutividade que se torna providencial, para usar o termo de FRIGOTTO (1989), pois é a força que ajuda a manter a engrenagem da divisão de classes através da negação do acesso ao conhecimento. É o que se efetiva no Pacto pela Educação em Goiás.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na educação estadual de Goiás nota-se uma clara tendência ao neoliberalismo quando da implantação do Pacto pela Educação, em 2012. Implantação esta que foi totalmente arbitrária e que aconteceu de maneira coercitiva. Imposição de cima para baixo. O Nome “Pacto pela Educação” apesar de imprimir um processo democrático para sua elaboração e implantação não é condizente ao que o termo sugere. A reforma privou os professores de uma construção coletiva e impôs prioridades econômicas em detrimento de uma efetiva educação de qualidade. Nesse sentido, ganha espaço nesse cenário, a educação via neotecnicismo e o desenvolvimento, significativo, de suas tendências de responsabilização, de meritocracia e de privatização.

O discurso apresentado pelo Pacto demonstra a preocupação com o desenvolvimento da qualidade da educação a partir tão somente de um viés economicista. Estabelece um sistema pautado nos resultados sem que se dê melhores condições para que estes sejam alcançados. Trata-se na verdade, de uma forma de o governo se desresponsabilizar da sua função pública, exige-se o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio de verbas. Essa desresponsabilização também é atribuída à importância que se dá à responsabilização através da meritocracia. Nesse sentido, o sucesso e o fracasso são méritos do indivíduo. Exige-se igualdade de resultados, no ponto de chegada, sem que se analise se existe igualdade de condições no ponto de partida.

Desse modo, existem várias implicações ao trabalho docente a adoção de políticas educacionais pautadas em métodos empresariais. No ambiente escolar, no que se refere ao trabalho docente, também se torna estatística diante das metamorfoses do mundo do trabalho desencadeadas especialmente a partir da década de 90. No trabalho do professor impera a exigência da produção fabril que é controlado, fiscalizado e avaliado. Ao processo de aprendizagem escapa a possibilidade de autonomia criativa cumprindo o papel que agora lhe cabe de mero executor de atividades previstas; o professor tarefeiro.

Parece que a divisão social do trabalho se mostra no trato pedagógico, uma vez que, pouco ou quase nada, pressupõe participação no processo de planejamento restando ao professor pensar as possibilidades de metodologia somente. Pressionado pela programação apertada do currículo mínimo e das provas padronizadas, não atender aquilo que já está preestabelecido significa desempenho ruim na nota e, nesse caso, o ônus é do professor que, certamente, passará por constrangimentos frente ao grupo gestor e sua lógica empresarial que agora gere as escolas de Goiás. Dessa forma, mais do que nunca a responsabilização é

atribuída principalmente ao trabalho do professor, o que gera grande desgaste físico e emocional desse profissional que se vê cercado de exigências burocráticas que como vimos, ao contrário de melhorar a educação, piora o ensino.

As novas funções dos gestores criadas pelo Pacto é uma prova da divisão do trabalho no sistema escolar; claramente usam de estratégias de controle para fiscalizar e punir o trabalho docente que não se atente as perspectivas educacionais vigentes. Trabalhar em um ambiente tão hostil torna-se extremamente desgastante. Como ter em um contexto assim unidade para pensarmos uma ação coletiva? Estamos diante de um trabalho docente alienado do processo de criação para a intervenção pedagógica.

Frente à inúmeras fiscalizações e ao programa de meritocracia, a concorrência e a individualidade entre os professores e as escolas se acirram. Certamente, é um dos fatores aos quais podemos atribuir ao enfraquecimento das mobilizações da classe dos professores. Não existe unidade, muitas vezes, entre gestores e professores e, até mesmo, entre os professores. O que temos hoje, por vários motivos, é uma classe totalmente desarticulada sem condições de medir forças com o Governo truculento<sup>5</sup>.

Já se passaram 5 anos do último concurso. Por isso, o número de professores contratados aumenta, o que faz decair ainda mais a qualidade do ensino e a articulação entre os professores. É importante que se diga, que esses professores contratados recebem pouco mais de 50% do salário de um professor efetivo. É esse o quadro recente da educação em Goiás: grande número de professores contratados, implantação de escolas geridas por OS, criação de mais 10 escolas militares. O caminho da privatização já está em pleno avanço; o primeiro passo foi a criação do Pacto pela Educação em Goiás.

Passando os olhos de maneira despercebida, a Reforma parece providencial. Nesse sentido, o Pacto pela Educação em Goiás mostra-se, sobretudo um excelente material de marketing para promoção do governo. Elemento ideológico que mascara uma realidade de diferenças sociais. O pacto explicita a submissão quase que total de uma particularidade do Estado a uma demanda do capital. Uma análise atenta demonstra que não só os interesses do capital estão sendo atendidos nesse contexto, de redução do público e ampliação da

---

<sup>5</sup> O Governo Estadual atual mostrou-se totalmente inflexível frente às reivindicações da greve dos professores da rede básica de ensino em 2015. Foram adotadas ações punitivas para os grupos mais empenhados no movimento. Da criação de escolas militares, 3 escolas já foram invadidas por esse grupo no final do período de férias. Chegaram invadindo os prédios, quebrando cadeados e convocando os professores que estavam em greve. Essas 3 escolas foram bastante ativas na greve e, não por acaso, foram escolhidas para intervenção dos militares. São os colégios estaduais: Waldemar Mundim, Miriam Benchimol Ferreira e Jardim Guanabara.

participação privada, como também reforça a lógica de reprodução do sistema. Sabemos, e isto está implícito e explícito no documento, que longe de corrigir as desigualdades educacionais prezam pela formação do futuro trabalhador flexível que será explorado pelo mercado. Modelos educacionais como o Pacto pela Educação trazem prejuízos já demonstrados em pesquisas realizadas na área. Estamos assumindo, com a implantação da Reforma em Goiás, uma tragédia já anunciada (FREITAS 2012) nos que diz respeito à deterioração da educação para fortalecimento do grande capital.

Perde-se de vista então aquilo que é essencial à educação: a formação, o trato pedagógico do conteúdo, a autonomia do docente e aquilo que é mais imprescindível entender: as diferenças sociais a partir da compreensão das contradições do sistema para pensarmos formas de superação. As diferenças sociais nesse caso se acirram. A educação nos moldes empresariais prioriza os resultados. Educação de qualidade tem e deve ser mais do que isto.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: \_\_\_\_\_. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Editora Expressão popular. 2009.

CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, Agnes (at. al). A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto. 1999

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Rev. Educação e Sociedade, Campinas, v.33, n.119, p.379-404, abr-jun.2012. Acessado dia 10/07/2015 as 15:30h em <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>

\_\_\_\_\_, Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papyrus, 1995

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 3ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989... (Coleção Educação Contemporânea)

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes. 2003

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 3 ed. São Paulo: civilização Brasileira. 1979

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In.:A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. BORON, Atílio; AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina. São Paulo: Editora da CLASCO e Expressão popular. 2006.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Considerações críticas sobre o documento “Diretrizes do Pacto pela Educação: Reforma Educacional Goiana-Setembro 2011. Acessado dia 10/07/2015 as 15:30h em <http://sintego.org.br/midias/banners/13122013082557.pdf>.

MÉSZÁROS, István. A revolução social e a divisão do trabalho. In: O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. Educação e Movimentos Sociais: avanços e recuos entre o século XX e o século XXI. In: Educação em Revista, Marília, v.12, n.2, p. 145-162, Jul.-Dez. 2011. Departamento de Administração e Supervisão Escolar/UNESP - Marília-SP ISSN (online) 2236-5192 e ISSN (impresso) 1518-7926.

SAVIANI, Dermeval. Abertura para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema de educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHERER-WARRERN, Ilse. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editorial da UFSC. 1987.